



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 4/XIII/ 1.ª SL

Ao primeiro dia do mês de dezembro de 2015, pelas 16 horas e 5 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1. Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas:**

A)

- **Projeto de Lei n.º 1/XIII/1.ª (BE) - Revoga as Leis que humilham mulheres que recorrem à IVG (Revogação da Lei n.º 134/2015, de 7 de setembro, e da Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro);**
- **Projeto de Lei n.º 4/XIII/1.ª (PS) - "Restabelece o respeito pela dignidade das mulheres portuguesas e a salvaguarda da sua saúde sexual e reprodutiva, revogando as Lei n.º 134/2015 e a Lei n.º 136/2015, ambas de 7 de setembro;**
- **Projeto de Lei n.º 10/XIII/1.º (PCP) - Elimina mecanismos de coação e condicionamento sobre as mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez, revoga a Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro e repristina a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril;**
- **Projeto de Lei n.º 14/XIII/1.º (PEV) Revoga a Lei nº 134/2015, de 7 de setembro, e a Lei nº 136/2015, de 7 de setembro, de modo a combater o aborto clandestino e a respeitar a dignidade das mulheres que decidem interromper voluntariamente a gravidez;**

B)

- **Projeto de Lei n.º 2/XIII/1.ª (BE) - Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo. Primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio;**
- **Projeto de Lei n.º 5/XIII/1.ª (PS) - Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 4/XIII/ 1.ª SL

- **Projeto de Lei n.º 11/XIII/1.º (PEV) - Alarga as famílias com capacidade de adoção, alterando a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e a Lei n.º 7/2001, de 11 de maio;**
 - **Projeto de Lei n.º 28/XIII/1.º (PAN) - Assegura a igualdade de direitos no acesso à adoção e apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio;**
 - **Projeto de Lei n.º 31/XIII/1.º (BE) - Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a adoção, a Procriação Medicamente Assistida e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo.**
- 3. Apreciação e votação das atas n.ºs 1 a 3/XIII/1.ª (correspondentes às reuniões da Comissão de 12 a 25 de novembro de 2015);**
- 4. Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, e não havendo iniciativas legislativas a distribuir, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, reservado à discussão e votação na especialidade de nove iniciativas legislativas divididas em dois conjuntos – o primeiro relativo à revogação das Leis n.ºs 134/2015 e 136/2015, de 7 de setembro (IVG), e o segundo sobre não discriminação na adoção, apadrinhamento civil e procriação medicamente assistida por casais do mesmo sexo.

A requerimento do Grupo Parlamentar do PS, através do Senhor Deputado Filipe Neto Brandão, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da discussão e votação na especialidade dos dois conjuntos de iniciativas, mais concretamente dos seguintes projetos de lei: 1/XIII/1.ª (BE) - [Revoga as Leis que humilham mulheres que recorrem à IVG \(Revogação da Lei n.º 134/2015, de 7 de setembro, e da Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro\)](#); 4/XIII/1.ª (PS) - [Restabelece o respeito pela dignidade das mulheres portuguesas e a salvaguarda da sua saúde sexual e reprodutiva, revogando as Lei n.º 134/2015 e a Lei n.º 136/2015, ambas de 7 de setembro](#); 10/XIII/1.º (PCP) - [Elimina mecanismos de coação e condicionamento sobre as mulheres no acesso à interrupção voluntária da gravidez, revoga a Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro e repristina a Lei n.º 16/2007, de 17 de abril](#); 14/XIII/1.º (PEV) [Revoga a Lei n.º 134/2015, de 7 de](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 4/XIII/ 1.^a SL

[setembro, e a Lei n.º 136/2015, de 7 de setembro, de modo a combater o aborto clandestino e a respeitar a dignidade das mulheres que decidem interromper voluntariamente a gravidez](#); 2/XIII/1.^a (BE) - [Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo. Primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio](#); 5/XIII/1.^a (PS) - [Elimina as discriminações no acesso à adoção, apadrinhamento civil e demais relações jurídicas familiares, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio](#); 11/XIII/1.^o (PEV) - [Alarga as famílias com capacidade de adoção, alterando a Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e a Lei n.º 7/2001, de 11 de maio](#); 28/XIII/1.^o (PAN) - [Assegura a igualdade de direitos no acesso à adoção e apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, e à primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio](#); e 31/XIII/1.^o (BE) - [Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a adoção, a Procriação Medicamente Assistida e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo](#). A Senhora Deputada Paula Teixeira da Cruz (PSD) usou ainda da palavra para manifestar a sua concordância com o adiamento por entender que, relativamente ao primeiro conjunto de iniciativas (IVG), em termos de legística, a mera revogação não parecia suficiente.

No terceiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 1/XIII/1.^a a 3/XIII/1.^a, correspondentes às reuniões de 12 a 25 de novembro de 2015, que foram aprovadas por unanimidade.

Por último, no ponto reservado a outros assuntos, o Senhor Presidente solicitou aos grupos parlamentares – os que ainda não o fizeram - que indicassem, ou fizessem chegar por escrito aos serviços da Comissão, os nomes dos Deputados e das Deputadas que iriam constituir as Subcomissões para a Igualdade e Não Discriminação e de Ética, bem como dos representantes para membros do Conselho dos Julgados de Paz. Foi ainda equacionada a constituição do Grupo de Trabalho – Audição de Peticionantes, tendo os Grupos Parlamentares ficado de indicar o respetivo representante.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 4/XIII/ 1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 16 horas e 25 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de dezembro de 2015

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelar de Vasconcelos)

Nota: aprovada a 6-01-2016



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 4/XIII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
José Manuel Pureza
José Silvano
Sandra Cunha
Vânia Dias da Silva
Ana Passos
Inês de Medeiros
Jorge Lacão
Jorge Machado
Paula Teixeira da Cruz
Sandra Pereira
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Hugo Lopes Soares
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves